

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

ALZINEIDE COSTA GUIMARÃES

**LITERATURA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: A FORMAÇÃO DO ESCRITOR/LEITOR
DEFICIENTE**

CODÓ-MA

2019

ALZINEIDE COSTA GUIMARÃES

**LITERATURA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: A FORMAÇÃO DO ESCRITOR/LEITOR
DEFICIENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Serra

CODÓ-MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Guimarães, Alzineide Costa.
LITERATURA E EDUCAÇÃO ESPECIAL : A FORMAÇÃO DO
ESCRITOR/LEITOR DEFICIENTE / Alzineide Costa Guimarães. -
2019.
36 p.

Orientador(a): Luis Henrique Serra.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Codô, 2019.

1. Deficiência. 2. Inclusão. 3. Literatura. I.
Serra, Luis Henrique. II. Título.

ALZINEIDE COSTA GUIMARÃES

**LITERATURA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: A FORMAÇÃO DO ESCRITOR/LEITOR
DEFICIENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Serra

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Henrique Serra (Orientador)

Prof. Dr. Aziel Alves de Arruda
Coordenação de Pedagogia – UFMA

Profa. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho
Coordenação de Pedagogia – UFMA

Portanto, a luta por direitos humanos abrange a luta por um estado em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre a cultura popular e a cultura erudita deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural, a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.

(Antônio Cândido)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus

Agradeço em especial a minha mãe Maria da Paixão Costa, meu pai José Guimarães por sempre me apoiar e acreditar na minha capacidade de chegar até aqui, a meus irmãos e a toda minha família pelo apoio desde o início dessa jornada.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Luís Henrique Serra por imensamente ter contribuído na realização desse trabalho, por sempre ter tido paciência nas horas de orientações por ter guiado meus pensamentos mostrando os melhores caminhos a seguir para que eu pudesse alcançar meus objetivos e por todas as oportunidades e confiança depositada a mim ao longo desses quatro anos.

Agradeço carinhosamente ao grupo de pesquisa “Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa-GIELP” coordenado pelo Prof. Dr. Luís Henrique Serra, que muito contribuiu em meu desenvolvimento acadêmico, a minhas colegas integrantes do grupo Ednalva, Raimunda, Sandra, Mary, Franciele e Nataly, que sempre estiveram do meu lado contribuindo na minha formação e que de uma bela forma permanecerão sempre em minhas lembranças.

Agradeço a todos os alunos, professores e funcionários das escolas que realizei minha pesquisa por todas às vezes ter me recebido e dado a oportunidade na concretização desse trabalho.

A todos os meus colegas da turma de Pedagogia 2015.2.

Enfim agradeço a todos que estiveram do meu lado e sempre acreditaram em mim nessa bela trajetória para a concretização do meu sonho.

RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema a formação do escritor e leitor deficiente, compreendendo a literatura como um dos principais recursos didáticos para o processo de acesso aos bens culturais de pessoas deficientes. A pesquisa buscou perceber a existência ou não de recursos para o trabalho de formação do leitor e do escritor literários no ambiente escolar, sobretudo e em especial nas salas de aula onde estão matriculados alunos com deficiência das escolas públicas que atuam no ensino fundamental do bairro São Francisco na cidade de Codó-MA. A pesquisa traz relatos de como ocorre o processo de inclusão na Literatura em salas de aula das escolas do município, priorizando observar os recursos didáticos utilizados no processo de aquisição da leitura e da escrita desses alunos. Os dados mostram que existe um trabalho com a literatura na sala de aula, muito embora como trabalho esporádico, no entanto, a pessoa com deficiência é muitas vezes excluída desse processo e dessas atividades. Apenas em uma escola do município – Lala Ramos - foi possível observar um trabalho e uma estrutura preparada para esse fim. Com esses resultados, o trabalho lança ideias para pensar possibilidades de incluir alunos deficientes por meio da literatura, com a utilização de textos literários, para estimular e promover a inclusão desses alunos na escola e nos diversos meios de convivência social.

Palavras chaves: Literatura. Deficiência. Inclusão.

ABSTRACT

The present work presents as subject the formation of the writer and reader deficient one. Here, the Literature is understood as one of the main didactic resources for the process of access to the cultural assets of disabled people. The research sought to perceive the existence or not of resources for the work of training the literary reader and writer in the school environment, especially in classrooms where students with disabilities are enrolled in public schools that work in the elementary school in the neighborhood are Francisco in the city of Codó-MA. The research brings reports of how the process of inclusion in Literature occurs in classrooms of the schools of the municipality and it is prioritizing to observe the didactic resources used in the process of acquisition of reading and writing of these students. The data show that there is work with literature in the classroom, although as sporadic work, however, the disabled person is often excluded from this process and these activities. Only in a school in the municipality - Lala Ramos - was it possible to observe a work and a structure prepared for this purpose. With these results, the work throws ideas to think of possibilities to include disabled students through literature, using literary texts, to stimulate and promote the inclusion of these students in school and in the various means of social coexistence.

Keywords: Literature. Deficiency. Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DEFICIÊNCIA E ENSINO: ALGUMAS DISCUSSÕES GERAIS	12
2.1. Escola regular ou especial: a diferença é consistente?	14
2.2. Ensino de literatura: do tradicional a novas perspectivas	16
2.3. A escola e o acesso à Literatura: um direito de todos	19
3. METODOLOGIA	22
4. O DEFICIENTE COMO LEITOR E A ESCOLA: RELATOS DE COTIDIANOS	23
ESCOLARES.....	23
4.1. Análise dos dados	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

É notável que fazemos parte de uma sociedade de poucos leitores e ainda muito longe de promover a inclusão de pessoas com deficiências. Vivemos em uma sociedade em que sabemos que a escola tem um papel fundamental nesse processo sendo de grande relevância buscar entender como a escola brasileira se encontra para receber e incluir alunos deficientes, sobretudo quando sabemos que suas condições físicas e humanas ainda são precárias e limitadoras, apresentando uma estrutura rígida e defasada. Em relação à acolhida e a permanência dos alunos com deficiências, a escola ainda não consegue ofertar recursos e atendimento especializado agregador ou inclusivo, deixando muitos dos alunos, sobretudo os deficientes, em uma margem em que se encontram muitas outras classes sociais de onde vêm a maioria dos alunos de nossas escolas brasileiras.

Nesse sentido, a intenção do professor em fazer uso de textos literários implica em uma resistência e no abrir de um leque de oportunidades de aprendizagem aos alunos, levando em consideração que a literatura permite o contato do real com o imaginário facilitando na ação de lidar com as dificuldades, obstáculos, limitações e diferenças existentes no ambiente escolar em especial na sala de aula. Sabendo que, na grande maioria das vezes, a realidade é que o professor que atua nas salas de aula na qual se encontra alunos deficientes matriculados não tem formação para trabalhar com esses alunos e, por isso, acabam por excluí-los notadamente em suas práticas educativas.

Diante desse cenário, o presente trabalho de monografia busca discutir quais as contribuições positivas que a literatura pode ofertar aos alunos deficientes através da escola, que ocupa um espaço na sociedade de mediadora do processo de aquisição da leitura e da escrita. Visa também ressaltar sobre a relevância da presença da literatura em sala de aula como um dos principais recursos didáticos possibilitadores do surgimento de leitores e escritores deficientes na sociedade, priorizando práticas como a contação, produção e representação de história, sabendo que esse movimento permite ao leitor e ouvinte a incorporação do personagem por meio da ficção e que a magia presente nos livros ilustrados é uma ferramenta valiosíssima para iniciação do processo de leitura e descoberta da literatura, pois a leitura imaginária antecede a leitura de palavras, como já nos ensinou Paulo Freire.

Desse modo, o trabalho parte do pressuposto de que é uma das tarefas do professor selecionar conteúdos, recursos e fazer uso de metodologias facilitadoras

podendo ser esse recurso à literatura. Nesse sentido, Reyes (2011, p.3) defende que é preciso buscar critérios na escolha de uma boa literatura para a criança, um deles, é a ilustração que é uma linguagem tão válida quanto o texto. Nesse sentido, a pretensão central deste trabalho é refletir sobre a importância da leitura literária e observar como ela desperta forte influência no processo de iniciação e contato com a linguagem, tocando no social, emocional e cognitivo da criança, sendo assim capaz de produzir sujeitos leitores para o convívio em sociedade.

Buscamos, de igual modo, refletir sobre o direito do acesso ao texto literário, que encontra dificuldades nas escolas regulares e isso se acentua ainda mais nas escolas que têm alunos com deficiência. Cumpre pensarmos, nesse sentido, em escolas e em práticas de ensino em que a literatura possa ser um caminho aberto para pessoas deficientes, seja qual for a deficiência que esse aluno tenha.

Pensando nessas reflexões, o presente trabalho foi organizado de um modo que as temáticas pertinentes fossem apresentadas. Desse modo, o texto está organizado da seguinte forma: esta introdução, uma seção sobre as políticas públicas da educação especial e o direito ao acesso à literatura entre outras temáticas pertinentes à discussão que se apresenta neste trabalho. Também são apresentados um capítulo sobre a metodologia adotada e outro sobre os dados coletados em escolas do bairro São Francisco e na escola Lalá Ramos, escolas que atendem a um público deficiente com diferentes deficientes. Por fim, apresentamos as considerações finais e uma lista com a bibliografia consultada para este estudo.

2. DEFICIÊNCIA E ENSINO: ALGUMAS DISCUSSÕES GERAIS

O ato da leitura se faz necessária às pessoas por proporcionar a visão de mundo, tornando-as assim leitores competentes, possibilitando também a vivência com emoções, exercendo atividades no mundo real e de fantasias. Dessa forma, o contato com a leitura proporciona acesso ao mundo da imaginação e, ao mesmo tempo, molda no indivíduo um importante aspecto de sua formação como indivíduo no mundo. Nesse sentido, a educação inclusiva deve também refletir sobre a formação de leitores literários, pois, em sua busca pela inclusão de pessoas deficientes em um mundo que não está preparado para essas pessoas deve considerar a literatura como um dos ambientes que também deve ser acessado pelas pessoas consideradas excluídas, sobretudo porque a literatura não é deve ser entendida como um bem apenas de uma parte da sociedade, mas deve ser um bem pertencente a todos. Sendo assim, considerando a literatura e o acesso a ela por pessoas com deficiência é um tipo de minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação de todos os indivíduos deficientes na sociedade (SANTOS, 2006).

Portanto, promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigma, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (SERRA, 2006).

Sabendo que a educação de alunos com deficiência, tradicionalmente, se organizava em um modelo de acolhimento neutro, tem se voltado, nas últimas duas décadas, para a Educação Inclusiva com um novo olhar, que se resume na ideia de que é um direito de qualquer criança ter uma educação de qualidade, e a escola deve se organizar de modo que forneça subsídios para atender esse público que também quer fazer parte da sociedade, não mais se esconder e ser vítima de problemas como exclusão do mercado de trabalho e analfabetismo. Deste modo, na implementação de propostas inclusivas educacionais, garantidoras da acessibilidade, cabe aos governos, às instituições de ensino e aos profissionais desenvolverem uma consciência crítica e prática que contribua para a realização efetiva dessa inclusão, superando e aprimorando nossas próprias (in) capacidades como sociedade e educadores (SANTOS, 2006).

É notável que, o poder jurídico aborde diferentes garantias aos portadores de deficiência, tendo como uma delas o direito à educação, na qual se encontra interligado aos outros interesses sociais das pessoas com deficiência. Dessa forma, Assis (2005, p. 307) comenta que, “os direitos das pessoas portadoras de deficiência não estão desassociados, pelo contrário, estão entrelaçados e são interdependentes, de modo que em um determinado conjunto normativo envolve todos os demais”. Também nesse espaço legislativo, existem importantes resoluções no âmbito federal que merecem destaque, como a Resolução CNE/CEB N. 2 de 2001, que, de acordo com seu artigo 17º, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e dentre outras medidas importantes, como a definição dessa modalidade de educação, seus respectivos estudantes. No parágrafo único do artigo supramencionado, é afirmado que desde evidenciada a necessidade da educação especial, esta terá início na educação infantil, creches e escolas primárias.

O processo de inclusão escolar dos alunos que necessitam de atendimento especializado depende de um conjunto de exigências, como profissionais preparados, infraestrutura adequada, materiais adaptados, ou seja, depende do que, na maioria das vezes, não estão à disposição da sociedade, gerando diferentes situações que impedem ou dificultam esses possíveis alunos de ingressarem em uma rede de ensino, seja ela regular ou especial.

A respeito da Educação Especial, que foi depreendido no art. 2, inciso I da Lei 7.853 de 1989, no art. 58 da Lei 9.394 de 1996 e no art. 24 do Decreto 3.298 de 1999, pode se dizer que é uma modalidade de ensino destinada aos alunos que têm necessidades específicas nos campos da aprendizagem por apresentarem alguma deficiência, que pode ser: física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Tem início na faixa etária de zero a seis anos, devendo ser deparada em todos os níveis de ensino. Apesar da rede regular de ensino ter prioridade, a Educação Especial pode ser prestada em classes especiais ou em instituições especializadas, já que em alguns casos não há a probabilidade ou existe uma grande dificuldade de inclusão de pessoas deficientes na rede regular.

Sobre o atendimento das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, Fávero (2004, p. 9) comenta que “A interpretação a ser adotada deve considerar que esta substituição não pode ser admitida em qualquer hipótese, independentemente da idade da pessoa”. Assim, o atendimento especializado precisa ser incluído como uma

complementação educacional, podendo ser: o ensino da Língua brasileira de sinais (Libras), Língua nacional para surdos, Braille, dentre outros.

2.1. Escola regular ou especial: a diferença é consistente?

Entender a diferença entre escola regular e escola especial é uma tarefa difícil, sobretudo quando se parte do pressuposto de que é sempre relevante a inclusão de pessoas com deficiência aos espaços que são comuns. No entanto, é importante entender que nem todos os espaços estão preparados para receber a pessoa com deficiência, sobretudo àquelas que carecem de atenção e ambiente especial para se socializar. Desse modo, a escola, em especial, deve priorizar a facilidade no processo de aquisição da leitura e da escrita das pessoas portadoras de deficiência sendo ele uma das maiores possibilidades de promover o processo de inclusão escolar e social dessas pessoas. Cumpre lembrar, nesse sentido, que a boa adequação de espaços e pessoas que trabalhem com as pessoas com deficiência acarreta diretamente em um menor ou maior sucesso e rendimento em seu processo de alfabetização e inclusão no mundo da leitura e da literatura, sobretudo. As famílias geralmente têm optado por duas alternativas – escola regular e espaço especial – quando a elas são disponibilizadas, entendendo que, assim uma pode completar a outra, levando em consideração de que uma pode ofertar ou reforçar o que a outra deixa a desejar. É importante atentarmos, nesse sentido que existem algumas deficiências que não permitem que o processo de ensino-aprendizado seja feito de modo regular, sendo necessários equipamentos e espaços específicos para atender a essas pessoas. Por exemplo, pode haver um aluno deficiente que tem uma determinada deficiência e não o permite se concentrar em uma sala de aula regular, dificultando em seu processo de alfabetização e inclusão esse também é um dos motivos que influenciam a família a geralmente recorrer ao complemento de ajudas que a escola especial oferta, abrindo assim um leque para as dúvidas em relação se existe ou não a melhor opção.

Nesse sentido, cumpre observar, juntamente com Silva, Lucas e Moreira (2009, p. 911), que “Ao ingressar na escola comum em uma turma de classe especial, o aluno com necessidades educacionais especiais, poderá a partir de seu atributo, tornar-se um estudante estigmatizado pela diferença, seja pelas práticas sociais ou pedagógicas desencadeadas no universo escolar” e isso pode levar a uma exclusão que é ideológica, espacial ou psicológica e essas são formas de exclusão que devem ser evitadas na escola, e essa deve ser um espaço de todos. Essas autoras também

chamam a atenção para o fato de que a diferença entre uma escola comum e uma escola especial de acolhimento de crianças ou adultos com deficiência é que na segunda existe um conjunto de profissionais que atuam para que o processo de ensino e de aprendizado ocorra considerando as limitações físicas, intelectuais e psicológicas do alunado com deficiência. Uma equipe de profissionais de diferentes áreas atua em colaboração para que o aluno possa participar ativamente das atividades da escola.

Cumprir lembrar que, nas escolas regulares, tem sido comum observar a presença de Salas de Recursos Multifuncionais (ou SEM, como tem sido comum denominar esses espaços na literatura da educação especial) e de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em caráter complementar ao ensino regular. Sobre esses espaços e sobre a política nacional de educação especial, Bezerra (2017, p. 477, grifos originais) comenta sobre a adaptação que as escolas regulares têm passado para atender as solicitações da lei, que exige que os diferentes centros de ensino devem agregar a todos, sem qualquer exclusão.

[a lei/plano] ressignificou o próprio conceito de educação especial, cuja responsabilidade precípua passou a ser a de organizar, fomentar e apoiar, no *contraturno*, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos os alunos com necessidades educacionais especiais, em *caráter complementar e/ou suplementar* à sua frequência na sala de aula comum. Passou-se a admitir como *locus* desse AEE tanto as antigas escolas especiais, redefinidas como centros educacionais especializados em deficiência, devidamente conveniados aos sistemas de ensino, quanto as escolas públicas. Nesse último caso, a realização do AEE é viabilizada em salas de recursos multifuncionais (SRM), instaladas na própria escola onde está matriculado o aluno que dela necessitar, ou então disponíveis em outra escola pública da rede regular de ensino

Desse modo, é difícil de encontrar uma escola prototípica e a diferença entre escola especial e escola regular não deve existir, sobretudo quando se pensa que, por lei, toda e qualquer escola deve estar preparada para receber alunos com deficiência, muito embora, em muitos casos, esse seja um problema difícil de ser superado, sobretudo pela incapacidade que muitos professores que atuam no ensino têm. Com a nova configuração e a inclusão cada vez maior de equipe multidisciplinares a ideia de uma dicotomia entre escola regular e especial não se sustenta, muito embora isso seja no plano das teorias.

Além disso, outro dilema inquieta os pais e responsáveis de alunos que têm deficiência: após optar por matricular uma criança deficiente em uma escola regular,

os pais têm que optar por uma escola pública ou privada, sobretudo aqueles que tem oportunidade da opção.

No sentido de uma opção pessoal da família, é importante ressaltar a problemática de a escola particular ainda não está adaptada em diversas dimensões a receber alunos deficientes, uma vez que essa prática exigirá a oferta de um assistente para se dedicar inteiramente a essa criança, exercendo o papel de mediador entre aluno, professor e conhecimento, aumentando, com isso, o orçamento monetário da instituição. Nesse sentido, pode-se afirmar que não existe a melhor opção, pois todas ocupam lugares de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico do aluno deficiente, só se deve considerar o modo como trabalhar ou organizar o trabalho pedagógico por parte da instituição.

2.2. Ensino de literatura: do tradicional a novas perspectivas

Ensino da literatura, em especial, da literatura infantil e juvenil é uma tradição fundada na década de 1980, em que, a partir dessa época, tornou-se mais intensa a denúncia da “crise educacional” e as discursões sistemáticas em relação à insistência do “tradicionalismo em sala de aula”. No contexto de reorganização política e social do Brasil, esse debate abrangeu diferentes áreas que representam a sociedade civil brasileira, em especial, professores do ensino de 1º e 2º Graus, do ensino superior e entidades que os representavam. Nessa época, foram se estabelecendo e implementando ideias governamentais, intencionadas à superação da “crise educacional” e o desenvolvimento do nível de alfabetismo no Brasil. Dando ênfase ao foco do estudo e da pesquisa, nos programas de pós-graduação na educação, envolvendo também diferentes problemas educacionais.

Mesmo diante de tantas críticas ao seu fazer, a escola formal e tradicional intenciona, organiza e resume o ensino de literatura em momentos didáticopedagógicos. Abordando e priorizando os recursos literários em ocasiões específicas que podem se resumir em um dia de projeto literário, limitando assim a aprendizagem do aluno no espaço formal de aprendizagem, deixando um pouco de lado a finalidade de emancipação dos saberes de ler e escrever através da literatura como uma das principais ferramentas didáticas do ensino.

As afinidades existentes entre educação e literatura tornaram-se temas de debates e elementos de pesquisa e estudos ministrados por pesquisadores da área de estudos da literatura no diálogo crítico com as ciências da educação e teve como resultado um novo modelo de comportamento, provindos de questionamentos

contundentes, podendo ser possível citar como exemplo, os antigos padrões escolares: que ensinava a história literária, através das escolas literárias, autores e obras canônicas no ensino de 2º grau: o emprego de texto literário como base para introduzir o ensino da gramática normativa da língua na escola. Nesse sentido, os estudiosos do ensino de literatura, visando à formação de cidadãos críticos e ativos, como agentes do projeto desejado de transformação social, denunciavam os “usos e abusos da literatura na escola”, o “ensino pela literatura” e o “texto como pretexto” (LAJOLO, 1979; 1982). Esses estudiosos propunham novos lugar e função para o texto literário na educação escolar, buscando enfrentar coerentemente a paradoxal e conflituosa relação entre a liberdade criadora da literatura (também a infantil e juvenil) e a disciplinarização de seu ensino e da leitura imposta pela escola (LEITE, 1983; ZILBERMAN, 1982; MAGNANI, 1980).

Sendo um momento de transformação, no qual os debates se referiam a Literatura (Brasileira e/ou Portuguesa) como disciplina, que fazia parte do currículo do ensino de 2º Grau ou à matéria “literatura”, que fazia parte da disciplina de Língua Portuguesa do currículo de 5ª a 8ª ano do ensino de 1º Grau. Estudando nessa matéria através do livro didático, aspectos de análise literária e (pedaços de) textos de autores consagrados da literatura brasileira ou livros que faziam parte de coleções destinadas ao público juvenil, seguidos de “verbetes de leitura”; e também, à leitura da literatura infantil nos anos iniciais (1ª a 4ª séries) do ensino de 1º grau, cujo currículo, não integrava a matéria com qualificação equivalente. Os livros usados na escola abordavam nos livros didáticos pedaços de textos para crianças ou praticavam leituras em livros da literatura infantil, com o uso de “fichas de leitura”.

Nesse contexto, esse discurso ainda presente nos dias de hoje agregava a tradição iniciada por Manoel Bergström Lourenço Filho, na qual afirmava que: “Há uma ‘literatura’ específica para as crianças, justamente porque estas a consomem; porquanto se torna possível levar-lhes a emoção estética, através das letras, nas condições naturais de seu gradativo desenvolvimento mental, emocional e cultural.” (LOURENÇO FILHO, 1943, p. 157). Foi a essa prática que se opuseram, em diferentes conceitos, os novos debates que ressaltaram a relevância ao uso da literatura infantil e juvenil, como fator de importante em decorrência de sua relação original com a educação e com a escola.

Magnani (1980, p. 19-20) criticava, ainda, o abandono do texto, como obra de linguagem, problema relacionado com as finalidades imediatistas e utilitárias que

determinam modos e métodos de ensino da leitura da literatura na escola: “[...] ler para fazer exercícios de interpretação, para estudar itens de conteúdos, para adquirir modelos de escrita, para gostar e se habituar, para conscientizar e politizar...” (MAGNANI, 1980, p. 18). Em vista da enorme de enfrentamento das dificuldades de escolarizar crianças, pontos relacionados à leitura da literatura infantil e juvenil e sua prática na escola passaram a pedir a atenção de pesquisadores.

O conhecimento adquirido sobre os enganos do ensino de literatura nas escolas corresponde às dificuldades apontadas nas últimas décadas do século XX, atribuindo novos sentidos à literatura infantil e ao ensino da literatura. Dando surgimento a uma nova tradição ainda atuante nos dias de hoje, ligada, sobretudo no discurso acadêmico, na produção editorial, em medidas convenientes, nas probabilidades de resumos ecléticos, e no discurso pedagógico oficial. Com probabilidade de incorporação também, na prática pedagógica de professores do ensino fundamental anos iniciais e do ensino médio, como resultado da introdução desses temas nos cursos de licenciatura em Letras agregando práticas pedagógica dos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

A literatura faz da grade curricular do curso de Pedagogia, responsável pela formação de professores para atuar na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, a literatura infantil ou não consta como disciplina obrigatória, podendo contar também de forma secundária, ofertada como disciplina optativa, ou matéria agregada a disciplinas referentes à alfabetização e ao ensino de língua portuguesa. Nesse sentido, essa nova tradição, que aborda a contribuição dos estudos literários para a teoria do ensino da literatura e da literatura infantil e juvenil como objetos de estudo e pesquisa, aborda uma discussão central em relação à definição de literatura. Ressaltando que atribuo ao “ensino da literatura” uma harmonia com o ponto de vista segundo o qual a educação (escolar) e a literatura são direitos humanos que têm uma função fundamental no desenvolvimento e formação humana.

Nessa discussão, pode se dar ênfase nos substantivos “educação” ou “ensino”, cujas definições têm sido bastante exploradas e discutidas, sendo um ponto central, o que permite com que a “literatura” passe despercebida ou como segunda opção, mas, é importante ressaltar, a teoria literária tem uma grande contribuição a dar ao ensino.

Debatendo o direito à literatura, percebida em amplo sentido, o crítico literário Antonio Candido retoma um clássico texto de sua autoria, publicado em 1972, em que

discute a importante função da literatura no processo de formação humana, com seus aspectos paradoxais:

De fato (dizia eu [no texto de 1972]), há “conflito entre a ideia convencional de uma literatura que eleva e edifica (segundo os padrões oficiais) e a sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores. Ela não corrompe nem edifica, portanto; mas trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver. A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório) (CANDIDO, 1995a, p. 176).

Dessa forma, o acesso à literatura é um direito inviolável, que é segregado de alunos na escola, sejam eles com deficiência ou não. A ausência da literatura de um indivíduo é a ausência do direito em construir um novo olhar, uma nova forma de ver o mundo, de refletir mais profundamente sobre a vida e sobre as considerações da realidade. Em outra medida, a ausência da Literatura, na ótica de Candido, demonstra uma separação muito comum das classes dominantes. Cumpre acrescentar, nesse sentido, que esse tipo de exclusão é muito mais evidente no grupo de alunos que têm deficiência, visto que o analfabetismo e a falta de escolaridade, visto que muitas das vezes, o único contato que o aluno tem com a literatura se dá na escola.

2.3. A escola e o acesso à Literatura: um direito de todos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394 de 1996) garante que todo cidadão tem direito à educação gratuita dentro do ensino público, e ressalva como sendo um direito universal. Nesse sentido, busca-se garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de pessoas deficientes no espaço da sala de aula e entender os fatores que interagem no processo de aquisição dos saberes do ato de ler e escrever dessas pessoas. Nesse contexto, o papel do professor, segundo a LDB, é mais do que transmitir informações. Numa gestão democrática, ele deve participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, como também estabelecer os objetivos e as metas que se quer alcançar no tocante ao perfil do aluno que se quer formar, uma vez que é ele que tem maior contato com o aluno e é de sua responsabilidade a construção de uma educação cidadã. Também é discutido que o professor deve priorizar à aprendizagem do aluno, fazendo uso de recursos que possam favorecer ou facilitar aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização.

Nesse sentido, Candido (1995) afirma que quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra. Daí cabe ao educador planejar para disponibilizar ao aluno o acesso ao uso de recursos didáticos que de fato os auxiliam em seu desenvolver e no ato de ler e escrever sempre tendo como princípio a realidade dos alunos de forma democrática podendo ser ele a literatura.

Sobre o texto literário, presente em nossas salas de aulas, Coelho (1986) argumenta que literatura é arte, é um ato criativo que, por meio da palavra, cria um universo autônomo, realista ou fantástico, onde os seres, coisas, fatos, tempo e espaço, mesmo que se assemelhem ao que podemos reconhecer no mundo concreto que nos envolve, ali transformado em linguagem, assumem uma dimensão diferente: pertencem ao universo da ficção. Daí a literatura é fundamental em diversos aspectos da educação das pessoas, podendo focar na formação de sujeitos leitores, sabendo que ela estimula a leitura mediada do belo que faz parte dos textos literários. É de grande relevância nesse sentido relatar um trecho onde Candido (1995, p. 12) faz a seguinte afirmação “chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.”.

Nessa ótica, a literatura pode ser compreendida como uma parte da produção humana ocupando a posição de garantir a vivência das pessoas em sociedade. Assim, para Candido, a literatura é vista, como arte que transforma/humaniza o homem e a sociedade. Atribuindo a literatura em três funções: 1) a psicológica (que permite ao homem a fuga da realidade, mergulhando num mundo de fantasias, o que lhe possibilita momentos de reflexão, identificação e catarse); 2) a formadora (pois a literatura por si só faz parte da formação do sujeito, atuando como instrumento de educação, ao retratar realidades não reveladas pela ideologia dominante); 3) e a social (que é a forma como a literatura retrata os diversos segmentos da sociedade, é a representação social e humana). Desse modo, deixar de trabalhar a literatura em sala de aula significa limitar o acesso ao conhecimento de mundo dos alunos, uma vez que a literatura permite ao leitor e ao ouvinte uma viagem ao mundo imaginário, intermediando a emancipação e autonomia do pensamento e das práticas linguísticas presentes no convívio em sociedade.

Trabalhar a literatura em especial no processo de alfabetização de pessoas deficientes é um ato de caráter humanitário. Na LDB, ART 35, inciso III, há a indicação de que a escola deve ter como meta o desenvolvimento do humanismo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, não importando se o educando continuará os estudos ou ingressará no mundo do trabalho. O ensino de literatura permite o cumprimento deste inciso: possibilitando ao aluno o aprimoramento como pessoa humana de caráter ético, capaz de desenvolver sua autonomia intelectual e crítica.

O uso da literatura no espaço escolar pode auxiliar na interação, facilitando ao educador e educando uma relação de conexão mediante ao conteúdo abordado:

A literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que consideram prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 1995, p. 113).

Nesse sentido, é importante que a literatura seja considerada no espaço escolar como um instrumento de inclusão e deixe de ser um instrumento de segregação entre quem a possui e que não. Nesse sentido, a inclusão também passa pela educação, agora, pensa-se em uma inclusão entre os bens culturais e intelectuais da nossa sociedade. Cumpre informar que pessoas com deficiência também têm interesse pelo texto ficcional, pelas histórias construídas, pela curiosidade e pela fruição. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental. É importante lembrar que a inclusão e a diminuição do sentimento de exclusão também passa pelo não acesso aos bens culturais vigentes de nossa sociedade e a escola é a porta de entrada para o acesso a esses bens.

3. METODOLOGIA

A coleta dos dados apresentados neste estudo foi feita a partir de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo. O presente trabalho desenvolveu-se em varias etapas sendo elas: visitas; observações; coletas de dados e conversas com gestores e mestres. Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico de autores que trabalham com a temática para que fosse possível fundamentar o trabalho. Em seguida foram realizadas as primeiras visitas as escolas públicas do bairro são Francisco de Codó-MA que atuam no ensino fundamental. Foi possível visitar todas as escolas do ensino fundamental do bairro, que totalizam em seis escolas, com o objetivo de coletar dados relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Nas visitas, foi possível conversar com as gestoras e assistentes administrativas das escolas que informaram se haviam ou não pessoas deficientes matriculadas, quantidade e autorizou as observações das aulas do ensino de língua portuguesa das turmas na qual estavam incluídas as crianças deficientes; foi feita uma apresentação da pesquisa a todas as professoras das turmas na qual seria realizado as observações antes de realiza-la, para que obtivéssemos autorização para participar das aulas.

Durante as visitas, foi possível adquirir informações sobre as estruturas físicas da escola e a existência ou não de profissionais para trabalhar na inclusão de deficientes. Conhecemos os acervos, as salas de recursos que são destinadas para o trabalho com as crianças deficientes e com dificuldade de aprendizagem. Durante uma observação da atuação da professora da sala de recursos e através de uma conversa, a professora relatou que não tem formação para atuar nessa área.

As observações foram realizadas apenas nas salas de aula que incluem crianças deficientes, optando pelas aulas do ensino de língua portuguesa com o objetivo de verificar se ocorre a utilização de recursos literários para desenvolver nos alunos o ato de ler e escrever. Escolhemos a aula de língua portuguesa porque partimos do pressuposto de que é nessas aulas que os alunos têm maior contato com a literatura. Também foi possível diálogos com as professoras das salas observadas, onde elas disponibilizaram seus planos, rotinas de aula e recursos que elas fazem uso para trabalhar na disciplina de língua portuguesa. Além das escolas que atuam no ensino fundamental no Bairro São Francisco, foi realizado visitas e observações também na Escola Pestalozze Lala Ramos, que fica localizada na Rua Afonso Pena, no centro de cidade, atuando como uma instituição filantrópica desenvolvendo trabalhos com pessoas deficientes. Houve uma necessidade de pesquisa nessa

escola porque foi percebido nos relatos das gestoras, assistentes administrativas e professoras das escolas do bairro São Francisco que a maioria dos alunos deficientes incluídos nas escolas do ensino regular, ditas como “normais” visitadas frequentam, no contra turno. A escola Lalá Ramos, onde funciona a Pestalozzi da cidade, é uma aula de reforços e assistência de profissionais capacitados para atuar no auxílio do desenvolvimento educativo de crianças com deficiência. Visitamos essa escola também com o objetivo de observar as aulas ministradas na Pestalozzi e com o interesse de conhecer os recursos didáticos utilizados nas aulas desses alunos.

O interesse de realizar esse trabalho surgiu da realização de um mapeamento realizado no ano de 2017 que tinha como objetivo identificar e registrar o número de pessoas deficientes matriculadas nas escolas públicas e regulares da cidade de Codó-MA e também na Escola Pestalozzi Lalá Ramos, mapeamento esse que foi realizado por minha turma do curso de Pedagogia. Durante o mapeamento, foi possível perceber a enorme quantidade de pessoas em especial crianças e jovens deficientes matriculados nas escolas públicas de Codó, sendo possível afirmar após a pesquisa que contou com diálogos entre gestores, coordenadores pedagógico, assistentes administrativos e professores, além de observações das aulas ministradas nas turmas na qual os alunos deficientes estavam frequentando que a maioria desses alunos estavam apenas inseridos em sala.

A escolha das escolas públicas do bairro São Francisco para a realização da pesquisa do presente trabalho foi motivada por ter sido observado no mapeamento que o bairro possui uma quantidade razoável de escolas públicas que atuam no ensino fundamental e que nessas escolas o número de alunos deficientes matriculados (inseridos) é considerado elevado.

4. O DEFICIENTE COMO LEITOR E A ESCOLA: RELATOS DE COTIDIANOS ESCOLARES

A presente pesquisa aconteceu nas escolas públicas municipais que atuam no Ensino Fundamental no bairro São Francisco na cidade de Codó-MA e na Escola Pestalozzi Lalá Ramos, que ficam localizadas na Rua Afonso Pena, sem número – Centro. A escola atua como uma instituição filantrópica com a finalidade de assistir pessoas deficientes da cidade com atividades sociais, médica e educacionais. A pesquisa buscou saber a quantidade de pessoas deficientes matriculadas nas escolas públicas do ensino fundamenta do bairro São Francisco e como ocorre o processo de

alfabetização desses alunos. Por meio da visita, foi possível constatar com informações sobre a rotina escolar dos alunos deficientes e qual tem sido o espaço dos alunos deficientes matriculados nas escolas regular e que frequentam ou não, no contra – turno, a Pestalozzi de Codó.

O primeiro passo da pesquisa foi o levantamento de dados que teve como objetivo mapear as escolas públicas que atua no ensino fundamental do bairro São Francisco, que conta com 6 escolas públicas municipais do ensino fundamenta onde ocorreu a pesquisa: entre as 6 escolas visitadas no bairro, apenas 3 possuem alunos deficientes matriculados. Decidimos por apresentar relatos e narrativas do cotidiano por ser esse um potente instrumento retórico para que se tenha ideia de como exclusão acontece, sobretudo da literatura, tanto no discurso dos profissionais quanto em suas práticas. Os relatos buscaram mostrar como a escola tem se organizado e se adaptado às diferentes deficiências que os diferentes alunos que ela recebe têm.

Dessa forma, apresentamos algumas informações e anotações gerais sobre o aspecto e a estrutura das escolas visitadas, bem como da estrutura que elas dispõem para o desenvolvimento de atividades escolares e para a leitura e escrita de pessoas com deficiência. Optamos por apresentar as informações por escola para que fique mais clara alguma eventual diferença entre os centros de ensino visitados.

- **Escola Municipal São Francisco:** a pesquisa teve início no dia 04 de abril de 2019 e aconteceu em três visitas em que fomos até a direção da escola com o objetivo de pedir autorização para realizar a pesquisa e adquirir as informações necessárias. Na oportunidade, fomos informados pela direção que a escola possui 8 alunos deficientes matriculados nos 4º e 5º ano, tendo dois alunos no turno vespertino com as seguintes deficiências: no 5º ano B, uma aluna de 13 anos apresenta sinais de retardamento mental e, no 4º ano A, um aluno de 12 anos tem deficiência mental e dificuldades motora e na fala. No turno matutino estão matriculados seis alunos deficientes nas turmas de 4º e 5º ano, com as seguintes deficiências, no 4º ano B, 1 aluna de 13 anos com deficiência visual, 1 aluno de 10 anos com mal formação facial e problema auditivo e 1 aluno de 14 anos com distúrbio mental, no 4º ano A, 1 aluna de 15 anos com deficiência mental e 1 aluno de 11 anos com transtorno mental e no 5º ano A, 1 aluno com deficiência física e mental. Na escola, para trabalhar com os alunos deficientes, existe uma sala de recursos didáticos e uma professora para atuar no reforço

do processo de alfabetização das crianças deficientes. A gestora da escola nos informou que, nos horários finais, ocorrem as aulas na sala de recursos. Na oportunidade da visita, foi possível acompanhar um momento da aula que foi na sala de apoio para o ensino de pessoas com deficiência na escola. Durante a observação, foi possível coletar dados como fotos do espaço, dos recursos e pude perceber que o espaço. De um modo geral, o espaço é bem amplo e lá também foi possível encontrarmos diversos livros literários e paradidáticos no acervo da sala. Durante a visita, conversamos com a professora regente da sala de recursos para obtermos algumas informações. De acordo com informações colhidas com a própria professora, ela não tem formação para trabalhar com pessoas deficientes, muito embora, de acordo com seu relato, tem uma enorme força de vontade e dedicação para obter o sucesso com as crianças. Foi possível também perceber, durante a aula, que a professora faz bastante uso de fichas com recortes dos contos, histórias e fábulas que fazem parte da literatura brasileira e que o uso dos recursos citados facilitou na introdução do conteúdo, chamando a atenção dois alunos presentes na aula conseguindo uma interação com eles, que demonstraram, durante a observação, o conhecimento das letras, das sílabas, conseguindo ler algumas palavras e frases. Os alunos também se divertiram muito com os recursos e não demonstraram nenhuma timidez em relação a nossa presença no ambiente. Ao contrário disso, percebemos que eles queriam demonstrar suas capacidades no ambiente escolar. A gestora relatou a realização do projeto específico para trabalhar a literatura que envolve toda a comunidade escolar, priorizando a inclusão dos alunos portadores de deficiência.

- No dia 08 de abril de 2019, retornamos ao **Colégio São Francisco** para observar a aula de português da sala de aula da aluna do 5º ano, que tem 31 alunos matriculados. Durante a observação, sentamos ao lado da aluna deficiente. Para iniciar a aula, a professora realizou a leitura da fábula “A causa da chuva” em que a professora realizou a leitura utilizando como recurso o computador e o texto online. Não houve algum contato entre os alunos e de algum texto e nem de imagens durante a leitura. De qualquer modo, os alunos demonstraram concentração no momento em que a professora estava realizando a leitura. Após a leitura, foi feita uma roda de conversa em que os alunos tinham que interpretar a fábula lida e, logo após esse momento, a

professora já apresentou a temática a ser trabalhada na aula. A professora também realizou a correção coletiva da atividade de casa com a escrita das respostas no quadro (interpretação de texto). Durante toda a observação, foi possível perceber que a aluna deficiente não teve nenhuma participação ativa na aula, fazendo apenas cópias do que estava escrito no quadro e não presenciamos alguma iniciativa por parte da professora para incluir a aluna deficiente de forma ativa na aula do ensino de língua portuguesa. **Obs:** a direção da escola afirmou que a aluna já frequentou no contra turno a Escola Pestalozzi Lalá Ramos para reforçar no seu processo de ensino e aprendizagem, mas por motivos desconhecidos, a aluna não está mais frequentando há dois anos o local e esse é um dos motivos pelo qual a aluna ainda apresentar pouco sucesso em seu processo de alfabetização. Os alunos do turno matutino da escola frequentam a sala de recursos no turno vespertino, por que a escola conta apenas com uma professora para trabalhar na sala.

- No dia 06 de junho de 2019, retornamos ao **Colégio São Francisco** para observar a aula de português, na sala do 4º ano B, que tem 30 alunos matriculados, sendo três deles deficientes. A professora iniciou a aula realizando a cobrança da atividade de casa, que abordava os acentos nas palavras (notações léxicas). Logo após, a professora continuou abordando o mesmo conteúdo e em nenhum momento buscou a interação com a turma e muito menos com os alunos deficientes presentes na sala de aula. Foi possível perceber, por meio da observação e de um diálogo com a professora, que ela raramente faz uso de recursos com caráter literários em sala de aula e que existe pouco interesse em incluir os alunos deficientes nas aulas, dificultando assim em seus processos de alfabetização. A pesquisa mostrou que a escola apesar de matricular e receber pessoas deficientes, pouco trabalha a inclusão desses alunos em sala de aula e nos demais espaços escolar partindo uma vez que pouco se vê a acessibilidade na estrutura física da escola, que não há um olhar voltado ao interesse de alfabetização desses alunos e que a literatura não é trabalhada com frequência em sala de aula impedindo assim o acesso não somente dos alunos deficientes e sim de todos os alunos a literatura, uma vez que foi possível perceber que existe apenas um dia do ano letivo no qual a escola dar ênfase ao uso de recursos literários.

- **Unidade Escolar Integrada Maria Alice Machado:** A primeira visita nesta escola foi feita no dia 04 de abril de 2019, com coletas de informações sobre a existência ou não de alunos deficientes matriculados na escola. Na oportunidade, foi possível conhecer a sala dos professores, onde tem um espaço reservado para o acervo da escola. No acervo, encontramos diversos livros da literatura brasileira e ao indagar como funciona a utilização desses recursos literários, fomos informados que os livros pertencem à escola, ou seja, serviam para o uso de todos, que as professoras planejam suas aulas e de acordo com o plano elas reservam o livro que será utilizado na execução de suas aulas. Foi possível perceber, por meio dos relatados, que os alunos têm liberdade para realizar pesquisas e leituras com os livros do acervo e que existe uma procura por parte deles para essas finalidades. Quando questionamos a presença de pessoas com deficiência, a coordenadora pedagógica da escola informou a existência de dois alunos matriculados que têm deficiência mental: um deles sofre com esquizofrenia e o outro a gestora não soube informar com clareza a deficiência e solicitou que nós retornássemos na próxima semana para assistir (observar) a aula de língua portuguesa na sala de aula na qual esses alunos estão matriculados.
- No dia 13 de abril de 2019, retornamos à **Unidade Escolar Integrada Maria Alice Machado** para então realizar a observação da aula de língua portuguesa nas turmas do 1º e 3º ano, mas os alunos deficientes não estavam presentes nessa data e foi aproveitado o momento para dialogar com as professoras sobre como ocorre o processo de alfabetização desses alunos a professora do 1º ano, que nos informou que a aluna esquizofrênica apenas está matriculada, ou seja, inserida na sala de aula porque ela apresenta um grau de deficiência mental muito elevado e descontrolado sem nenhuma possibilidade de entendimento de leitura e escrita. Em relação à literatura, a professora destacou que a escola realiza anualmente um projeto todo planejado e baseado na literatura brasileira, em que os alunos realizam apresentações de poemas, fábulas, poesias dentre outros recursos literários que envolve todos os alunos, dando destaque aos alunos deficientes. Mesmo sem a presença da aluna deficiente, observamos a aula de português do 1º ano do turno matutino, em que a criança portadora de esquizofrenia está inserida. Para iniciar a aula, a professora leu uma fábula; em seguida, fez uma roda de conversa sobre a

moral da história e todos os alunos presentes interagiram com a professora; logo após, a professora realizou uma roda de cantigas infantis para então chegar ao conteúdo a ser trabalhado. A turma do 1º ano é constituída por 23 alunos e a professora relatou que para ela é praticamente impossível alfabetizar a aluna esquizofrênica, porque ela não consegue identificar as letras e os números, não se concentra e que a menina apresenta uma inquietação enorme, costuma, às vezes, ser agressiva e que o comportamento da aluna acaba também dificultando no desenvolvimento de seu trabalho em sala de aula. A sala de aula tem um cantinho da leitura, que é constituído por livros da literatura e paradidáticos, que são guardados dentro de uma caixa de papel, podendo ser utilizados no momento da leitura, que, segundo a professora, é realizada todos os dias como o primeiro momento da aula para que seja possível haver uma descontração e participação ativa dos alunos, que demonstram gostar bastante do momento ou no decorrer das aulas. Na turma do 3º ano, o aluno não estava presente e não foi possível falar com a professora, mas a gestora afirmou que a família não possui nenhum laudo que comprove a deficiência do aluno.

- Apesar da escola ter uma estrutura física em torno relativamente acessível, profissionais altamente empenhados na aprendizagem dos alunos e uma variedade de recursos literários disponíveis, ainda não é possível afirmar que a escola consegue promover o processo de inclusão levando em consideração de que a professora da sala que está inserida a aluna deficiente não conta com um profissional que possa auxiliá-la em sala de aula e que a mesma admite, às vezes, perder o controle sobre a criança e em diversas vezes acaba paralizando o momento de aula.
- Em relação ao uso da literatura como ferramenta de apoio no processo de formação de leitores/escritores, foi possível perceber que, nos planos e rotina da professora, a literatura faz uma enorme diferença no processo de aquisição da leitura e da escrita dos alunos. E sobre a escola dar destaque a literatura apenas em um dia do ano destinados a um projeto literário é notável a desvalorização desse recurso que pode ser uma importante ferramenta de suporte do professor na posse e no desenvolvimento dos alunos prática da leitura e da escrita.

- **Escola Pestalozze Lalá Ramos:** a primeira visita foi realizada no dia 04.04.2019, na ocasião estava presente à coordenadora da instituição que deu informações relevantes para a pesquisa e realizou a demonstração das salas de aula, autorizando meu retorno para a realização da pesquisa observatória.

Retornamos no dia 11 de abril de 2019, para então observarmos as aulas na sala de recurso em braile e libras.

- No momento da pesquisa, foi possível observar a aula de braile, que conta com dois profissionais para trabalhar com os alunos deficientes visuais. Na ocasião da nossa visita, estavam presentes os dois profissionais e 6 alunos, entre eles estavam duas crianças de 5 e 6 seis anos, um deles frequenta a escola regular e o outro não e 4 jovens entre 12 e 22 anos, que frequentam diariamente a escola regular no turno matutino e no vespertino vão para a Pestalozzi com a finalidade de alfabetização, leitura e escrita em braile. O espaço da sala de recursos em braile conta com um acervo de livros em braile, com diversos livros da literatura brasileira e paradidáticos para auxiliar na leitura dos alunos deficientes. Durante a observação, pudemos presenciar uma aluna que está matriculada numa escola do Bairro São Francisco realizando a leitura do livro escrito em brile “A arvore da formiga” e é possível afirmar que foi bastante interessante ver o acesso de uma criança deficiente com deficiência. Também um aluno realizando a escrita da atividade em brilee outra aluna fazendo pesquisa no goglo com a ajuda de um dos profissionais da sala de recurso no aplicativo dicionário online e os demais alunos estavam fazendo uso dos recursos didáticos da sala. O escrivão em braile relatou, durante a observação, que as escolas regulares enviam as atividades dos alunos escritas em tinta e ele ou sua assistente ou até mesmo os próprios alunos as reescrevem em braile. No segundo momento, foi realizado a observação na sala de recurso em libras no turno vespertino, que tem 16 alunos surdos matriculados de 6 a 20 anos, formando uma sala multiseriada. No momento da observação, estava acontecendo a aula de português com uma atividade de conteúdos mistos e que acabou deixando os alunos confusos. A professora relatou que isso sempre acaba acontecendo devido a turma ter alunos de ano diferentes nas escolas regulares. Na ocasião, foi encontrado o aluno surdo matriculado na *Escola Municipal Adoaldo Gomes*, que faz parte do grupo das escolas que atuam no

ensino fundamental do bairro São Francisco. Durante um diálogo com a professora, foi questionado se ela faz uso de recursos literários com a turma e ela relatou que, às vezes, sim, mas que raramente isso acontece e que ela acredita que essa iniciativa deve partir das escolas regulares e afirmou que duas vezes no ano ela organiza e promove dois grandes projetos envolvendo toda a escola e que sempre envolve e prioriza a literatura. Nesses projetos, ainda de acordo com a professora, são realizados especialmente para que haja uma interação de todos os alunos matriculados na escola Lalá Ramos. Cada sala de aula possui seu próprio acervo porque a escola não apresenta espaço para organizar um único acervo. Diante das informações acolhidas na pesquisa e do que foi possível observar é que nessa escola também apresenta um pouco de dificuldades, pois, no trabalho diário, é deixado um um pouco de lado o uso de recursos literários no processo de alfabetização de seus alunos, mas que a disponibilização desses recursos acaba facilitando a procura dos alunos que muito demonstraram gosto espontâneo pelo ato da leitura literária, sobretudo quando esse material é preparado para o público deficiente, como foi possível observar nessa escola.

- **Escola Municipal Adoaldo Gomes:** a primeira visita foi realizada no dia 04 de abril de 2019. Na ocasião, estava presente a gestora da escola, que nos informou a existência de um aluno surdo de 17 anos, que está matriculado no 5º ano do ensino fundamental, afirmou ainda que o aluno tem uma interprete para acompanhá-lo e autorizou nosso retorno à escola para realizar a observação na sala de aula do aluno. No dia 30 de maio de 2019, retornamos à escola para realizar a observação na turma do 5º ano B, que tem 20 alunos matriculados. Nessa ocasião, estavam presentes o aluno surdo e sua interprete em libras. Para iniciar a aula de português, a professora titular da turma realizou a leitura da história “A primeira viagem não se esquece”, seguida de uma socialização sobre o que foi lido e em seguida realizou a correção da atividade de casa individualmente, no caderno dos alunos, depois, solicitou que todos fizessem a leitura individual e em voz baixa de um texto do livro didático e respondesse a atividade de interpretação relacionada ao texto na qual ela corrigiu de forma coletiva. Em nenhum momento, houve uma preocupação por parte da professora em incluir o aluno surdo na socialização da história nem na

atividade realizada em sala de aula. Diante do que foi possível observar na estrutura física e em sala de aula, é cabível relatar que a escola ainda está muito longe de promover verdadeiramente a inclusão de pessoas deficientes e que a presença da literatura em sala de aula se faz apenas em breve momento de descontração ou simplesmente para passar o tempo, sendo vista como uma ferramenta de pouca relevância no processo de alfabetização dos alunos e que diferente das outras escolas visitadas não foi relatado a realização de nenhum projeto literário com os alunos no decorrer do ano letivo.

- **Escola Municipal Carlos Gomes:** a assistente administrativa da escola relatou que tem um aluno que aparenta ser portador de uma deficiência mental, mas a família não tem laudo nem fez nenhuma informação a esse respeito a escola.
- **Colégio Ananias Murad:** o gestor informou que a escola não tem nenhum aluno deficiente matriculado, mas que a escola tem uma sala de recurso e uma profissional para atuar nessa sala, que funciona para atendimento de alunos de outras escolas localizadas em outros bairros. Não foi possível conhecer a sala de recursos nem a profissional que atua no ambiente.
- **Escola São Tarciso:** a gestora, juntamente com a assistente administrativa da escola, informou que a escola tem apenas um aluno que, aparentemente, tem alguma deficiência, mas que a família não apresentou nenhum laudo nem relatos sobre esse assunto para a escola.

4.1. Análise dos dados

Considerando os dados coletados durante a pesquisa, foi possível conhecer a variedade de livros da literatura brasileira e perceber a presença da literatura nas salas de aula das escolas públicas regular que atuam nas primeiras séries do ensino fundamental do bairro São Francisco na cidade de Codó-MA, no entanto, o acesso a esse material e a leitura ainda é feito de maneira pouco sistemática.

Em relação às salas de aula que atuam na inclusão de crianças deficientes, a literatura é abordada de forma rápida, servindo apenas para um momento de descontração e de introdução do conteúdo, momento esse que só ocorre antes das aulas de língua portuguesa (em quase todos os casos a literatura é abordada apenas em rodas de conversa que é realizada de forma limitada e rápida no primeiro momento

da aula, é o que se tem chamado de escolarização da literatura, ou seja, a literatura vira um pretexto para uma aula de qualquer conteúdo, menos dela mesmo (COSSON, 2010)), foi percebido que os alunos no geral não possuem o hábito de leitura literária, que as professoras se limitam em explorar apenas os livros didáticos e que as crianças portadoras de deficiência quase sempre são deixadas de lado por apresentarem dificuldade na aprendizagem e na realização de qualquer atividade realizada em sala de aula. Algumas professoras afirmam juntamente com as gestoras que durante o planejamento e execução dos projetos literários realizados uma ou duas vezes por ano existe uma preocupação de incluir os alunos deficientes.

Na Escola Pestalozzi Lalá Ramos, é notável a prática do uso de recursos literários no processo de aquisição e aperfeiçoamento da leitura e escrita, sendo possível perceber o envolvimento dos alunos com esses recursos e a atuação dos profissionais em relação a temática desse trabalho. No entanto, é importante que é um dos únicos centros em Codó que trabalham de forma sistemática com o aluno deficiente, se assemelhando ao centro de ensino e não a uma escola com outras pessoas não deficientes. Embora tenha o nome e a sede como uma escola, é importante ressaltar que alguns alunos estudam em escolas regulares, além de na escola Lalá Ramos.

Cumpramos acrescentar o esforço das escolas do bairro em tentar atender os alunos deficientes, muito embora, muitas vezes, isso seja feito sem algum resultado concreto. Vimos que a literatura para essas pessoas ainda é algo distante, como para muitos alunos das escolas regulares do País, visto que o acesso à Literatura ainda é algo que habita no campo do desejo, não da realidade das nossas escolas. A distribuição de material literário e o acesso a livros e histórias em Braille é um caminho, muito embora inicial. É importante lembrar que a discussão sobre essa temática ainda é muito incipiente no Brasil como um todo, mas isso é importante que se tenha com maior clareza a sua relevância, visto que o acesso à literatura como um bem cultural faz parte de um plano macro de inclusão de pessoas/alunos com deficiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os dados coletados no decorrer da pesquisa, foi possível perceber o desejo dos educadores em apresentar aos alunos deficientes o mundo da leitura literária, porém esses educadores pouco recorrem à diversidade de recursos didáticos disponíveis a eles nesse processo, sem contar que existem escolas que em nada colaboram com o trabalho do professor. Em se tratando da inclusão dos alunos deficientes matriculados nas escolas citadas na pesquisa, incluí-lo no mundo da Literatura ainda é uma tarefa distante por inúmeros fatores, podendo estar dentre eles a ausência da própria literatura em sala de aula e esse é um problema que não é exclusivo das escolas com deficientes, mas de todas as escolas do País, e isso é mais uma barreira das muitas que devemos enfrentar caso queiramos abrir espaços para o acesso de deficientes ao texto literário.

Nessa perspectiva de inclusão de educação especial, a leitura, a contação e a produção de histórias devem fazer parte da rotina dos alunos, podendo auxiliá-los na formação do caráter humano, e no aprimoramento de suas competências e habilidades, percebendo que, o ato de contar ou ler uma história, está entrelaçado em compartilhar emoções e sentimentos. Praticando o ato de trabalhar a leitura como fonte de prazer e não de obrigação, muito embora saibamos que nem sempre o texto fora produzido para fruição, sim para reflexão, é importante tocar o aluno com a leitura literária, com o letramento literário. Pois despertar o gosto de ler vai bem mais além do ato de ensinar a decodificar palavras e incluir os alunos deficientes nesses momentos permite a eles ocuparem um lugar igualitário em sala de aula e na sociedade como um todo.

Nesse sentido a pesquisa mostrou que a realidade dos alunos matriculados nas escolas na qual foi desenvolvida a pesquisa é bastante ruim, visto que o abandono é visível. Embora as escolas do município estejam cumprindo a lei, fazendo com a Pestalozzi seja apenas uma parte da atividade desses discentes, no entanto, a segregação e a exclusão ideológica são muito presentes ainda, em parte pela incapacidade de muitos professores e em outra pelo próprio preconceito existe em nossa sociedade, e a escola, como parte dela, não se exclui dessa sentimento e ponto de vista criminoso. Durante as visitas, foi possível perceber a exclusão desses alunos em sala de aula e ausência de metodologia voltada para incluí-los nas atividades e rotinas das turmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Olney Queiroz. **Pessoa deficiente: direitos e garantias**. São Paulo: Edipro, 1992.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**. V.22, n.69, p 475-497. 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, atualizada em 5 de maio de 2014. Brasília (DF), Centro de Documentação e Informação, 9ª ed.
- BRASIL. **Lei n. 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm> Acesso em 05 de abril de 2013.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1/2000**, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995a.
- CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3ª ed.. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- COELHO, N. N. **Literatura e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Quíron, 1986.
- COSSON, Rildo. O espaço da Literatura na sala de aula. In. PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; _____ (coord). **Literatura: ensino fundamental**. Brasília: **Educar em Revista**, n. 52, p. 23-43, 2014.
- FAVERO, Eugenia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac P; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **O acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.
- LAJOLO, M. Texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, R. (Org.). **A leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 51-62.
- LAJOLO, M. **Usos e abusos da literatura na escola** (Bilac e a literatura escolar na República Velha). Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1979.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo: Ática, 1984.
- LOURENÇO FILHO, M. B. Como aperfeiçoar a literatura infantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 3, n. 7, p. 146-169, set. 1943.

- MAGNANI, M. R. M. A leitura escolarizada. Leitura. **Teoria & Prática** , n. 11, p. 15-21, 1988. MORTATTI, M. R. L. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas. **Educar em Revista**, n. 52, p. 23-43, 2014.
- MAGNANI, M. R. M. **Literatura e educação em Cecília Meireles**. 8 fls. Trabalho final da disciplina “Evolução da educação brasileira” – professor Casemiro dos Reis Filho – Mestrado em Educação – FE-UNICAMP. Campinas, 1980 (datilog.).
- Ministério da Educação e Cultura, 2010, p.55-68.
- MORTATTI, M. R. L. **Na história do ensino da literatura no Brasil**: problemas. MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2011, Londrina, Paraná. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009, p. 909-915.
- REYES, Yolanda. Como escolher boa literatura para crianças? Buscando critérios para a escolha de livros. Disponível em: <<http://www.revistaemilia.com.br/mostra.php?id=9>>. Acesso em: junho, 2019.
- SANTOS, A. E.; Nobre, C. A.; Cabral, F. H.; Oliveira, J. G.; Campos, G. M.; Bezerra, K. S.; Santos, K. N.; Andrade, W. S. **A utilização de softwares educacionais no aprendizado de pessoas de necessidades especiais nas instituições de nível superior norte – rio grandenses**. Disponível em: <<http://www.redenet.edu.br/publicacoes>>. Acessado em setembro de 2007.
- SERRA, Dayne (org.). **Inclusão e ambiente escolar**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, Vanessa Caroline da; LUCAS, Maria Fátima Ferreira; MOREIRA, Laura Caretta. Classe especial e escola comum: encaminhamentos e percalços pedagógicos para inclusão escolar. CONGRESSO BRASILEIRO